

## **Título: A controvérsia dos modos de produção brasileiros: a contribuição do pensamento marxista**

### **Autores:**

Carla Curty – Professora substituta do Departamento de História e Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DHE/UFRRJ), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do IE/UFRJ e Pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA – IE/CCJE/UFRJ). E-mail: [carla\\_curty@yahoo.com.br](mailto:carla_curty@yahoo.com.br).

Maria Malta – Coordenadora do LEMA (IE/CCJE/UFRJ), Professora Adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e Pró-reitora de Extensão da UFRJ. E-mail: [mariamalta@yahoo.com.br](mailto:mariamalta@yahoo.com.br).

Wilson Vieira – Professor Adjunto do IE-UFRJ, Pesquisador do LEMA (IE/CCJE/UFRJ) e Pesquisador do Laboratório de Estudos de Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC). E-mail: [vieiraeco@gmail.com](mailto:vieiraeco@gmail.com).

Jaime Léon – Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia do IE/UFRJ, Pesquisador do LEMA (IE/CCJE/UFRJ) e Membro do Grupo de Estudos Florestan Fernandes. E-mail: [jjaimoleon@hotmail.com](mailto:jjaimoleon@hotmail.com).

Filipe Leite – Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (FE/UFF), Pesquisador do LEMA (IE/CCJE/UFRJ) e Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da Universidade Federal Fluminense (NIEP-Marx/UFF). E-mail: [leitepn@gmail.com](mailto:leitepn@gmail.com).

### **Área temática:** 1. História Econômica e Demografia Histórica

**Resumo:** Durante período significativo do século XX, entre as décadas 1930-1970, o debate sobre o modo de produção vigente nas origens da formação econômico-social brasileira e sua forma de transformação ganha centralidade nos círculos políticos e intelectuais da esquerda, em especial, entre marxistas. A controvérsia sobre os modos de produção brasileiros se estabelece a partir da análise das questões da realidade brasileira, como forma de orientação das possíveis estratégias políticas a serem adotadas visando a possibilidade da revolução no Brasil. O objetivo aqui é apresentar autores representativos desta tradição que desenvolveram posições significativas no debate: Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender.

**Palavras chave:** modo de produção; marxismo brasileiro; pensamento social brasileiro

**Abstract:** For a significant period of time in the twentieth century, between the 1930s and 1970s, the debate on the actual mode of production existent in the origins of Brazilian social-economic formation and its means of transformation is in the core of political and intellectual circles of the left in Brazil, especially among Marxists. The controversy over the Brazilian modes of production was established as from the analysis of the issues of Brazilian reality for guidance of possible political strategies to be adopted for the possibility of revolution in Brazil. The aim of this paper is to present three representative authors of the Marxist tradition that developed significant positions in the debate: Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré and Jacob Gorender.

**Key words:** mode of production; Brazilian Marxism; Brazilian social thought

## A controvérsia dos modos de produção brasileiros: a contribuição do pensamento marxista

### 1. Introdução

O presente trabalho busca estabelecer, a partir do referencial analítico baseado no materialismo histórico e na organização dos debates a partir das controvérsias, os elementos para uma análise da controvérsia sobre a origem e desenvolvimento dos *modos de produção brasileiros* no campo das interpretações marxistas do Brasil. O referencial analítico desdobra-se no método para a história do pensamento econômico (HPE) de Marx apresentado em *Teorias da mais-valia* (1905 [1980]), que fora desenvolvido com as contribuições de Rubin (1929[2013]) e Dobb (1977). A controvérsia dos modos de produção brasileiros será apresentada por meio da seleção de três autores representativos de cada uma das visões que compuseram o debate, tais autores são: Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender.

O estudo da história do pensamento através do materialismo histórico implica a percepção das disputas políticas e das diferentes visões de mundo por trás das posturas teóricas que se contrapõem em cada controvérsia específica. Suscitadas a partir de uma problemática concreta em seu contexto histórico particular, as controvérsias, no seu desenvolvimento, permitem captar a historicidade e a processualidade de determinado pensamento. Isto é, considera-se o processo histórico de formação do pensamento expresso na obra do autor, com suas fontes, suas inflexões e suas sínteses próprias ao longo do tempo, sem tomá-lo como algo fechado e acabado, impassível de mudança. Do nosso ponto de vista, as controvérsias são elemento fundamental para a organização dos debates no campo da história do pensamento.

As controvérsias sempre se inserem em um momento histórico, buscando responder questões postas pela realidade concreta. Neste sentido, o período em que a controvérsia sobre os modos de produção brasileiros<sup>1</sup> se estabelece, entre os anos 1930 e 1970, revela-se bastante instigador. Neste período o Brasil passou por muitas transformações e turbulências, em praticamente todas as esferas da sociedade. A começar pelo processo de industrialização (periférica e dependente) e urbanização da sociedade brasileira, que gerou inúmeras contradições e acirramentos políticos, econômicos e sociais, levando ao questionamento sobre os caminhos do país. Neste contexto também se destacam, no âmbito das ideias<sup>2</sup>, o fortalecimento dos debates sobre o nacional desenvolvimentismo, o projeto democrático nacional, as questões do processo de transformação estrutural da sociedade brasileira e os possíveis rumos do país.

Neste contexto, a discussão sobre a formação econômico-social brasileira e os modos de produção aqui existentes passa a ganhar centralidade nos círculos comunistas, em especial os ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>3</sup>. Antes de avançarmos nos elementos específicos desta discussão, cabe fazer um breve panorama do contexto dos debates comunistas do período. Na

---

<sup>1</sup> O debate sobre o “modo de produção” passa a ser feito dentro dos marcos do Partido Comunista do Brasil (PCB), de círculos universitários e sindicais a partir também dos anos 1920 (Lapa,1980), no entanto, consideramos aqui os anos 1930 como um marco para a controvérsia porque é a partir deste período que o debate adquire maior relevância e repercussão, e sua configuração torna-se mais complexa, com a proliferação de . As contribuições dos autores que destacamos neste artigo se dão a partir dos anos 1930.

<sup>2</sup> É interessante destacar que no período, em especial nos anos 1950, há no marxismo internacional um importante debate sobre a *transição do feudalismo para o capitalismo*, envolvendo autores como Maurice Dobb, Paul Sweezy, H.K. Takahashi, Rodney Hilton, Christopher Hill, Eric Hobsbawm, entre outros. Ainda que tenham questões específicas diferentes, não se pode negar que este debate fora gerou alguma ressonância no debate brasileiro.

<sup>3</sup> Entre a sua fundação (1922) e o ano de 1968 o atual Partido Comunista Brasileiro chamou-se Partido Comunista do Brasil, no entanto, ao longo de todo tempo manteve a mesma sigla PCB.

década de 1920, o PCB<sup>4</sup>, bem como as principais lideranças comunistas da época, assimilou as caracterizações e estratégias políticas aprovadas pela Internacional Comunista (IC) para a estratégia revolucionária mundial e, em especial, para os países latino-americanos. Em 1920, a IC aprovou as teses de Lênin sobre as questões colonial e nacional dos países considerados fora do “mundo desenvolvido”, caracterizando-os pela predominância de instituições feudais no meio rural e com a necessária tarefa específica dos comunistas nestes países de participar dos movimentos emancipatórios, anti-imperialistas, visando o desenvolvimento de elementos democráticos e avanço das relações capitalistas nestes países, tendo como orientação final a ditadura do proletariado (Pinheiro, 1975; Vianna, 2007; Ruy; Buonicore, 2010). No entanto, cabe destacar que estas teses “estavam voltadas para as questões do Oriente, em especial para a Índia” (Vianna, 2007, p. 44), e não considerando as especificidades latino-americanas. Neste contexto, em 1926, Octávio Brandão lança *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, considerado uma primeira tentativa de compreender a formação histórica brasileira a partir dos marcos teóricos e políticos da IC, mas que acaba pecando por realizá-la de maneira a transpor mecanicamente os elementos gerais das análises da IC para a situação brasileira, sem realizar as devidas mediações sobre as especificidades da realidade brasileira.

No VI Congresso da IC, em 1928, a América Latina passa a ter maior expressividade nesses debates, mas ainda seguia com um papel secundário no âmbito da revolução mundial. Neste Congresso, dividiu-se os países do mundo em três categorias quanto ao desenvolvimento:

“os de capitalismo altamente desenvolvido, onde a luta pela ditadura do proletariado estava na ordem do dia; países de nível médio de desenvolvimento, que deveriam buscar as conquistas democrático-burguesas para que a revolução se tornasse socialista; e as colônias, semicolônias e países dependentes, nos quais deveria haver um intervalo entre a revolução democrático-burguesa e a socialista” (Vianna, 2007, p. 51)

O Brasil, bem como os demais países latino americanos, estaria inserido no terceiro grupo – colônias, semicolônias e países dependentes – e, portanto, a estratégia geral para a revolução no Brasil e para a ação dos comunistas se orientaria pelo anti-imperialismo, antifeudalismo e por um momento de avanço democrático-burguês, visando a efetiva independência nacional e o desenvolvimento das forças produtivas aqui, antes do avanço no sentido da revolução socialista.

Ao longo dos anos 1930, com o avanço da ameaça fascista, dada a ofensiva integralista (*idem*, p. 73-74), o PCB passa a atuar em conjunto com demais forças democráticas no país na luta contra o fascismo. Além disso, por conta das contradições que a realidade brasileira impunha para a orientação das estratégias políticas dos comunistas, foi imposta a necessidade destes refletirem mais especificamente sobre as questões da realidade brasileira, buscando na análise histórica da formação sócio-econômica brasileira de fato, e não somente na transposição de conceitos vindos de análises gerais da IC, os elementos que poderiam contribuir para a orientação da ação política para a possibilidade de construção da revolução no Brasil.

Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender são autores que vão compor este movimento ainda que em fases distintas. Caio Prado Jr. faz sua primeira contribuição crítica nos anos 1930 indicando que a análise histórica sobre a formação social brasileira era algo controverso.

---

<sup>4</sup> O PCB foi criado em 1922, sendo representado no IV Congresso da Internacional Comunista (IC), realizado no mesmo ano em Moscou, e só aceito como membro com plenos direitos da IC, como Seção Brasileira da IC (SBIC), no V Congresso da IC, em 1924, dois anos depois, também em Moscou.

De seu ponto de vista não fazia sentido pensar o Brasil no contexto de instituições feudais, como a historiografia de Varnhagem e Capistrano de Abreu afirmava, na medida em que a situação colonial seria parte do contexto da expansão marítima europeia no período do capitalismo comercial. Nelson Werneck Sodré, por sua vez, enxerga no Brasil a existência de uma forma própria de modo de produção pré-capitalista, sua inserção na controvérsia ganha sua forma mais organizada em 1962. O autor denominará este modo de produção de feudalismo brasileiro, no entanto, sua reflexão é um mergulho nas estruturas econômico-sociais do Brasil em suas especificidades. Jacob Gorender faz sua introdução crítica no debate nos anos 1970, destacando que o modo de produção vigente na formação social brasileira, após a ocupação portuguesa não poderia ignorar a importância da presença dos escravos como força de trabalho principal. Ao mesmo tempo destaca que a lógica de organização deste sistema estava subsumida aos interesses mercantis da metrópole.

As divergências presentes nas interpretações destes autores sobre o modo de produção vigente nas origens da formação econômico-social brasileira e sua forma de transformação embasaram visões políticas diferentes sobre a revolução brasileira. Embora no pensamento marxista haja uma conexão visível entre a controvérsia sobre os modos de produção e a revolução brasileira, os autores marxistas quando se debruçam sobre controvérsia dos modos de produção brasileiros encontram interlocutores não-marxistas que tratam do debate sem estabelecer nexos com a questão da revolução.

Este artigo pretende apresentar como os autores da tradição marxista contribuem para a controvérsia dos modos de produção aperfeiçoando suas categorias e a reflexão sobre o processo de desenvolvimento da formação econômico-social brasileira.

## **2. A Interpretação do Brasil de Caio Prado Jr.: O Sentido Capitalista da Colonização**

A produção intelectual dos autores marxistas dos anos 1920, apesar de podermos reconhecer seu pioneirismo, destoa muito de uma contribuição propriamente marxista do ponto de vista do método. Tais trabalhos possuem uma marca de transposição mecânica de categorias desenvolvidas para dar conta da análise de problemas de outras formações econômico-sociais<sup>5</sup>. A posição de Caio Prado Júnior após a sua entrada no Partido Comunista do Brasil - PCB (1931) ao publicar *Evolução Política do Brasil* (1933), livro que funda a sua interpretação do processo histórico brasileiro revela uma análise crítica em relação a essa visão...

No seu primeiro livro, Caio Prado Jr. faz uma “nacionalização do marxismo” (Ricupero, 2009, p. 230), isto é, um movimento de adaptação das teorias centrais, característico da história do pensamento social brasileiro. Ao mesmo tempo, quando esta adaptação compreende as particularidades sócio-históricas nacionais, mais que um historiador econômico marxista, tal autor se torna um intérprete marxista do Brasil<sup>6</sup>. O autor objetivava nesse trabalho realizar um estudo do processo político que conduziu o país da situação colonial à independência, centrando sua análise na superestrutura política. “Apesar de ser um estudo voltado à questão política, a perspectiva materialista direciona Caio Prado à pesquisa da base material da sociedade brasileira – já apontando o rumo futuro que tomaria sua obra” (Borja, 2013, p. 68). O movimento de independência do Brasil é apreendido diante da totalidade histórica na qual este se insere, o que demanda uma compreensão das bases materiais que sustentam as transformações na superestrutura política. Nesse quadro o autor organiza as principais disputas políticas da sociedade colonial, como podemos observar na seguinte passagem de Prado Jr. (1933 [1983], p. 50):

---

<sup>5</sup> Conforme vimos na introdução deste artigo no livro de Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo* (1926).

<sup>6</sup> Sobre intérpretes do Brasil ver os trabalhos de Malta & Borja (2013), Silva (2013), Curty (2013) disponíveis nos anais do NIEP-MARX 2013.

“A agitação que em consequência da revolução portuguesa se alastrou pelo Brasil, propagando-se de norte a sul do país, assume, por efeito da heterogeneidade de interesses e reivindicações que nela se manifestam, uma feição complexa e muitas vezes até contraditória. Encontramos nela, como vimos, forças reacionárias que não pensam senão no retorno do país ao seu passado colonial e de segregamento econômico e comercial. Ao lado destas forças alinham-se paradoxalmente outras, em particular as classes superiores da colônia que esperavam, pelo contrário, consolidar, com a revolução e o estabelecimento de um regime constitucional, as vantagens, liberdades e autonomia adquiridas pelo Brasil nos anteriores anos de governo quase próprio e que tanto os favorecera. Encontramos, finalmente, as referidas forças populares, as camadas oprimidas da população brasileira que enxergavam na constituição que lhes era oferecida perspectivas de libertação econômica e social.”

É do entrechoque dessas forças, procurando cada qual fazer prevalecer suas reivindicações, que resultam os diferentes fatos que constituem o agitado período que se estende de 1821 em diante.

Quanto à resultante geral dessa agitação, Prado Jr. (1933 [1983], p. 50-51) afirma:

“No desenvolvimento da revolução constitucional no Brasil é o segundo grupo de forças citadas – isto é, o “partido brasileiro” como já era então chamado e que representava as classes superiores da colônia, grandes proprietários rurais e seus aliados – que ganhará a supremacia. A reação recolonizadora, embora contando com o apoio da metrópole e das cortes portuguesas, será levada de vencida porque não era mais possível deter o curso dos acontecimentos e fazer o Brasil retrogradar na marcha da História. A isto se opunha o conjunto do país, cuja própria subsistência (...) se tornara incompatível com os estreitos quadros do antigo e já superado regime de colônia.

Quanto às camadas populares, elas não se encontravam politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações; nem as condições objetivas do Brasil eram ainda favoráveis para sua libertação econômica e social. Daí, aliás, a descontinuidade e falta de rumo seguro nos seus movimentos, que, apesar da amplitude que por vezes atingem, não chegam nunca a propor reformas e soluções compatíveis com as condições do país.”

Portanto, Caio Prado Jr., nesse livro, se torna o primeiro autor a utilizar o método de análise que relaciona um estudo voltado à questão política com a pesquisa sobre a base material da sociedade brasileira, podendo ser pioneiramente designado intérprete marxista do Brasil, e também o primeiro a indicar uma ruptura com a corrente de interpretação oficial existente no PCB. Ele afirma o caráter capitalista da colonização brasileira e nega a existência de qualquer resquício de uma referência feudal que existira brevemente e sequer marca a formação social brasileira, desaparecendo por completo com a decomposição do sistema de sesmarias. Deste modo, o autor se posiciona na controvérsia sobre o modo de produção vigente no Brasil no período colonial negando sua forma feudal.

Estes resultados são aprimorados quase dez anos depois em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (1942), com o desenvolvimento da categoria do sentido da colonização. Esse livro permite elencar Caio Prado Júnior entre os demiurgos do Brasil, ao lado de renomados

intérpretes, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda<sup>7</sup>. A principal preocupação de Freyre era a formação da família patriarcal, enquanto o foco de Sérgio Buarque é a ação do *ethos* do aventureiro na formação da nacionalidade. Portanto, ambos analisam aspectos particulares da nossa realidade<sup>8</sup>. “Já *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, por meio da categoria do ‘sentido da colonização’, pode entender tanto o modo como se manifestou o *ethos* aventureiro como o processo pelo qual se formou a família patriarcal no país” (Ricupero, 2009, p.234). Ao se defrontar com as idiossincrasias da formação social brasileira o marxismo de Caio Prado busca compreender a essência destas particularidades, entendendo o patriarcado e o *ethos* aventureiro como manifestações de uma nação que possui um sentido historicamente bem definido: fornecer gêneros primários em larga escala para abastecer o mercado europeu. Portanto, ao pensar a história econômica do Brasil com a ideia de sentido da colonização, tem-se claro que foi constituída uma colônia portuguesa na América não para formar uma nova nação, mas sim para atender aos interesses comerciais de Portugal (conforme as políticas mercantilistas do Antigo Regime), fato que leva ao entendimento da persistência do atraso brasileiro na estrutura agrária e da reprodução da exclusão e da subordinação na sociedade brasileira, mesmo num contexto de industrialização. Nas palavras de Prado Jr. (1942 [2000], p. 11):

“Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. É este último o capítulo que mais nos interessa aqui; mas não será, em sua essência, diferente dos outros. É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias em que se achavam.”

Por último, realizando uma síntese da interpretação do Brasil de Caio Prado, tem-se *História Econômica do Brasil* (1945), livro que consolida a imagem do Brasil elaborada pelo autor, no qual expõe pela primeira vez de forma completa o movimento que levou da situação colonial à década de 1930. Ao realizar um estudo detalhado das condições de gênese do presente é feito, na verdade, um estudo sobre a forma como foram produzidas e se reproduzem as relações de dependência que envolvem o Brasil.

Nesse livro, o autor analisa pela primeira vez o processo de industrialização no Brasil que começa a se verificar no início do século XX, ressaltando a sua fragilidade, fundamentalmente devido à incipiência do mercado interno, com possibilidade de reversão colonial. Ou seja, devido a tais características, nossa economia é dependente e apresenta um mercado interno pouco desenvolvido, o que limita o processo de industrialização brasileiro.

E é exatamente a partir da necessidade de constituição de uma economia nacional e a consequente superação da situação colonial que Caio Prado Júnior desdobra suas reflexões na caracterização da Revolução Brasileira, num contexto (segunda metade da década de 1950) de auge

---

<sup>7</sup> Podemos afirmar que Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda fizeram parte de um movimento que, ao contrário das interpretações anteriores a 1930, compostas de análises racistas e com pouca valorização da singularidade brasileira, se constituíram num marco definitivo da necessidade de se assumirem os valores da sociedade brasileira, diferentes daqueles de outras sociedades.

<sup>8</sup> Para mais detalhes, ver Holanda (1936) e Freyre (1933 [2006]).

do antigo desenvolvimentismo<sup>9</sup>, quando o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico no período dos anos 1950 haviam aprofundado as contradições da economia brasileira ao seu limite, polarizando as posições políticas e trazendo o vocabulário da revolução ao debate.

### 3. O feudalismo a brasileira de Nelson Werneck Sodré

Sodré procurou captar as especificidades da formação social brasileira através do conceito de modo de produção, trazendo uma importante contribuição, dentro do Partido Comunista do Brasil (PCB), para a controvérsia em questão. Com uma obra composta por mais de 56 livros e aproximadamente três mil artigos, a obra de Nelson Werneck Sodré perpassa diversas áreas da historiografia. Essa abrangência tem no materialismo histórico seu elemento unificador, sendo toda sua produção intelectual fundada no método proposto por Marx e Engels. Ao introduzir a tese da predominância do modo de produção feudal na formação social brasileira Sodré rejeita, simultaneamente, a leitura que conferia caráter capitalista às relações de produção no Brasil, estabelecida por Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen e a explicação de Varnhagen e Capistrano de Abreu, que via a colonização como a transplantação direta do feudalismo de Portugal para o Brasil sem fazer as devidas mediações<sup>10</sup>.

Uma questão relevante é o que motivou Sodré a romper de maneira tão brusca com a tradição de interpretação histórica que influenciou sua formação. A resposta desta questão passa pelo alinhamento político de Sodré, militante do Partido Comunista do Brasil desde 1946 que aprofunda sua participação no partido no final dos anos de 1950, com a mudança de estratégia do partido a partir da Declaração de Março de 1958. Com esta, o partido abandonava a luta armada para seguir uma estratégia democrática coadunada no Programa Democrático-Nacional. Este, por sua vez, entendia que a revolução burguesa no Brasil era algo ainda por fazer, sendo necessária uma agenda anti-feudal e anti-imperialista. A partir deste diagnóstico, tornava-se necessário eliminar os restos feudais que permaneciam na formação social brasileira bloqueando as possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo pujante.

O uso do conceito de feudalismo na sua obra fez com que muitos leitores desatentos confundissem sua formulação com as resoluções da III Internacional. Stalinista, mecanicista, datada e antiquada são alguns dos adjetivos usados sistematicamente para desqualificar sua obra (Grespan, 2006). O conceito de feudalismo empregado por Sodré, centrado na ideia de *regressão feudal*<sup>11</sup>, muito difere do esquema dos cinco modos de produção então em voga na União Soviética. Tal esquema (o da Internacional) partia do comunismo primitivo, passando por escravismo, feudalismo e capitalismo, atingindo seu ápice no comunismo, em uma perspectiva de evolução positiva e linear das forças produtivas, que então transformava mecanicamente as relações de produção e toda a superestrutura política e ideológica (Sodré, 1980).

A caracterização do modo de produção brasileiro através da ideia de *regressão feudal*, afirmada por Sodré pela primeira vez em *Formação Histórica do Brasil* (1962) se articula a partir de três noções: a de *heterocronia*, a *contemporaneidade do não coetâneo*, e a de *transplantação*. Tal explicação não é simplesmente a adaptação das formulações soviéticas sobre a questão. O argumento desenvolvido por Sodré<sup>12</sup> se orienta no sentido de captar as especificidades da formação

---

<sup>9</sup> Para mais detalhes, ver Bielschowsky (2000) e Cepêda (2012).

<sup>10</sup> A contribuição de Caio Prado está em *Formação do Brasil Contemporâneo* de 1942; a de Roberto Simonsen em *História Econômica do Brasil* (1937); a de Varnhagen em *História Geral do Brasil* (1854); a de Capistrano de Abreu em *Capítulos da História do Colonial* (1907) Não estão nas referências bibliográficas. Inserimos?

<sup>11</sup> Segundo Toledo (2001), Alberto Passos Guimarães e Ignácio Rangel foram outros representantes marxistas da corrente que viam traços feudais no Brasil.

<sup>12</sup> No texto *Modos de produção no Brasil* de 1980, Nelson Werneck Sodré destaca que as diferenças nas propostas de interpretação sobre a evolução dos modos de produção no Brasil são determinadas por motivos políticos e científicos, sendo que os primeiros, em última instância, têm maior destaque. Ao passo que nega a existência do capitalismo desde o começo da colônia brasileira, Sodré afirma que a controvérsia da existência do feudalismo ainda está em aberto. A

econômico social brasileira de maneira a compreendê-la a partir do materialismo histórico, oferecendo um fundamento nacionalizado para o programa democrático-nacional.

Com *Formação Histórica do Brasil*, livro que resultou do curso ministrado de mesmo nome no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) entre 1955 e 1964<sup>13</sup>, floresce a original leitura do autor do processo histórico através do conceito de regressão feudal, representando uma inflexão do ponto de vista de sua interpretação do Brasil. Como destaca Toledo (2001), entre os anos 1956 e 1960 existiu uma clivagem dentro do ISEB entre o *nacionalismo progressista* representado por Vieira Pinto, Sodré, Corbisier e o *nacionalismo de orientação burguesa* de Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Já entre os anos 1961 e 1964, marcados pela luta do ISEB pelas reformas e legalidade democrática, a divisão dentro do ISEB se dava entre *esquerda moderada* representada por Sodré e a *esquerda radical* representada por jovens como Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Martins e Vieira Pinto. A partir daí o autor anuncia uma ruptura com a tradição historiográfica de interpretação capitalista deste processo, inaugurada por Roberto Simonsen, continuada por Caio Prado Jr. e seguida por ele próprio em suas publicações anteriores: *Formação da Sociedade Brasileira* (1944) e *Introdução à Revolução Brasileira* (1958).

Ao mesmo tempo, o feudalismo postulado por Sodré difere substancialmente da formulação dos historiadores tradicionais, que diferentemente de Roberto Simonsen e Caio Prado, afirmam a existência de um feudalismo transplantado das nações europeias, como é o caso de Varnhagen e Capistrano de Abreu. Embora já lançasse mão do feudalismo em seus estudos para tratar das áreas de pastoreio marginais a produção para a exportação, é a partir de 1962 que o autor dará centralidade a tal conceito, através da noção de “regressão feudal”. Cabe destacar aqui que Sodré se diferencia da leitura feudal mais tradicional por notar que o feudalismo existente no Brasil não é mera replicação do modelo europeu, mas um feudalismo específico ao caso brasileiro. De um modo mais geral, o autor questiona em seu argumento a própria ideia de que o feudalismo seria um modo de produção uniforme, colocando as diferenças existentes no próprio feudalismo europeu.

### 3.1 A especificidade do modo de produção brasileiro

O feudalismo elaborado por Sodré carrega consigo a necessidade de compreender as idiosincrasias da formação social brasileira fazendo uso do conceito *modo de produção*. Ao colocar o foco da análise sobre as condições endógenas de produção e as relações de posse e propriedade vigentes, Sodré observa que o modo de produção brasileiro não pode ser caracterizado como capitalista, ou de sentido capitalista, por apresentar monopólio da terra e relações de trabalho não assalariadas. Embora não esteja imune a críticas, tal formulação se constitui em um indubitável esforço de adaptação do marxismo à realidade brasileira, principalmente tendo em consideração as condições teóricas da época, onde a leitura dominante considerava que o capitalismo teria chegado ao Brasil junto às naus de Cabral.

Isso não quer dizer que Sodré veja o processo histórico brasileiro como, somente, resultado do desenvolvimento desigual. Em outras palavras, assim como Caio Prado Jr. e Simonsen, para não falar no próprio Marx, Sodré vê o processo de colonização do Brasil como um desdobramento do processo de acumulação primitiva de capital, sendo o sistema colonial uma de suas alavancas. Isto não quer dizer, ao contrário do que pensa Caio Prado, que o processo de colonização do Brasil, por derivar do surgimento do sistema capitalista, implique em uma produção colonial capitalista, ainda

---

origem do problema estaria no fato de haver uma grande confusão entre o que foram os casos clássicos (“universais” segundo Sodré) inglês e francês de feudalismo e o que foi o caso de “feudalismo” brasileiro (particular). Apoiado no método materialista histórico, o qual refuta paradigmas e atribui distinções em cada formação social e modo de produção em cada parte, Sodré persegue da especificidade do caso brasileiro.

<sup>13</sup> A entrada de Sodré no ISEB foi precedida pelo convite feito Alberto Guerreiro Ramos para que participasse do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política em 1954. Em 1955, no governo Café Filho, é criado o ISEB com sede no Rio de Janeiro. O instituto teve forte influência do pensamento cepalino ao ter como diagnóstico um papel central ao Estado como planejador e coordenador do desenvolvimento econômico-social em países subdesenvolvidos como o Brasil.



que a produção escravista seja aqui dotada deste sentido. A crítica de Sodré reside no fato que durante o processo de acumulação primitiva não se teria verificado produção capitalista nem mesmo em Portugal, na medida em que nesta etapa do processo histórico a forma dominante do capital era o capital comercial, uma forma antedelviana ainda incapaz de se expandir sobre suas próprias bases, e que, portanto, não seria plenamente capitalista (Sodré, 1962 e 1980).

Para Sodré, o desenvolvimento do capitalismo em algumas regiões da Europa se deu de maneira a colocar diversas formas de produção não-capitalistas a seu serviço. Para o autor, o processo de acumulação de capital mercantil, ocorrido na esfera da circulação, coexistiu e fortaleceu as relações feudais de produção em alguns lugares, ao passo que atuou como uma das vias para constituição do modo de produção capitalista em outras regiões. O fator determinante para a consolidação do modo de produção capitalista é tomado, assim como em Marx, como algo interno, de modo que Sodré “imune à tentação de modernizar o marxismo ao sabor dos modismos intelectuais e das sínteses ecléticas, busca na base produtiva das relações econômicas o princípio de compreensão da história social” (Moraes, 2001, p.29).

A principal crítica de Sodré à corrente capitalista reside na confusão entre capital comercial, que realiza seu excedente na esfera da circulação, e o modo de produção capitalista propriamente dito. Sodré afirma que de modo algum se pode confundir a burguesia comercial que emerge desse processo com uma classe burguesa hegemônica. Além disso, Sodré nega, revendo sua afirmação anterior em *Formação da Sociedade Brasileira* (1944), o caráter burguês da Revolução de Avis, que, segundo o autor, teria sido motivada por questões militares, marcadamente a expulsão dos sarracenos do território português, não passando de um processo de centralização monárquica. Após esse processo, a divisão das terras entre os senhores vencedores da guerra teria levado à reafirmação do feudalismo na península ibérica, embora dotado de algumas características particulares. A implementação de um grupo comercial em Portugal, etapa da centralização política, não era condição suficiente para a implementação de relações capitalistas de produção no Brasil. Esta seria então uma das chaves para compreender o que se sucede com a formação social brasileira (Grespan, 2006).

Outra questão é que, para Sodré, o modo de produção que aqui se instala não tem nenhuma ligação direta com a produção indígena, sendo o escravismo aqui implantado uma ruptura total e direta com o comunismo primitivo característico destes povos. Embora em algumas áreas, como no planalto paulista e nas missões jesuíticas ao sul, a força de trabalho indígena tenha sido arregimentada como trabalho escravo ou subsumida ao trabalho por coerção religiosa, este não é para o autor o caso típico de força de trabalho utilizada, o negro africano. Desta maneira, o modo de produção que aqui se instala é *transplantado*. Não há continuidade entre o primitivismo indígena e o escravismo. Neste último os africanos vêm na condição de escravos dominados e os portugueses como dominadores, ambas condições não existiam antes no Brasil.

Assim, surgindo a reboque do processo de constituição do capitalismo nos países centrais, a formação social brasileira seria marcada pela *heterocronia*, ou seja, pela presença de modos de produção historicamente distantes em uma mesma formação social. Para Sodré coexistem no Brasil o comunismo primitivo, o escravismo, e o feudalismo, onde o avanço sobre as áreas indígenas e a decadência da produção escravista levou à dominância do feudalismo.

Para o autor um dos problemas acarretados por essa heterocronia no plano teórico seria o uso de categorias historicamente anteriores e fundadas na análise de outras situações concretas para tentar explicar o caso brasileiro, o que segundo Sodré seria um problema inerente a sua própria noção de feudalismo.

A heterocronia, característica presente na formação social brasileira como resultado do processo de desenvolvimento desigual, se desdobra, por sua vez, na vigência de diferentes etapas históricas no mesmo território geográfico, o que Sodré chamou de *contemporaneidade do não coetâneo*. Ou seja, para o autor, este fenômeno é um reflexo interno da heterocronia:

“O Brasil apresentou, e ainda apresenta – hoje, na verdade, com efeitos já bastante atenuados – etapas diversas de desenvolvimento, para aplicar um conceito generalizado e colhido da economia. A uniformidade é ainda, entre nós, uma tendência que se vem acentuando, sem dúvida, mas aquela heterocronia existe e funciona, condicionando comunidades e sociedades. Trata-se de outro aspecto – agora particular, porque brasileiro – do desenvolvimento desigual” (Sodré, 1980, p. 135).

Deste modo, sendo colonizado por um país ainda feudal após a acumulação de capital mercantil, o Brasil teria herdado uma estrutura produtiva feudal, que, ao se deparar com as condições materiais do novo mundo, regressaria mais uma vez ao modo de produção escravista. “O predomínio econômico, demográfico e político do escravismo é indubitável até bem entrado o século XIX, associando latifundiários escravistas a grandes comerciantes inseridos no mercado mundial” (Del Roio, 2000, p.88).

Com a decomposição do escravismo teria lugar o processo de regressão feudal característico da República Velha. A manutenção do monopólio da terra e as diversas relações de trabalho que se estabelecem, instituídas na figura do parceiro, meeiro ou morador levam Sodré a caracterizar o modo de produção vigente na realidade brasileira como feudalismo. Ao traçar um paralelo entre estas relações de produção e as feudais, Sodré tem sempre o cuidado de estabelecer as mediações adequadas para captar as especificidades do caso brasileiro. É nesse sentido que se pode dizer que Nelson constrói um feudalismo à brasileira.

Portanto, por mais que seja discutível o uso da adjetivação feudal, é importante indicar que a concepção de Sodré é próxima ao debate da historiografia contemporânea, embora não seja por este diretamente influenciada. Na essência do feudalismo proposto por Sodré está a necessidade de evidenciar os traços constitutivos fundamentais de nossa formação social.

Desta forma, através do conceito de modo de produção, Sodré dá uma importante contribuição para a adaptação do conceito marxista de modo de produção à realidade brasileira.

### **3.2 A interpretação feudal como base do programa democrático nacional**

A incorporação do conceito de feudalismo às suas análises, seja ela motivada por razões teóricas, políticas, ou por ambas, faz de Sodré um relevante teórico da esquerda brasileira. Ao propor uma leitura do processo histórico à luz da ideia de regressão feudal, Sodré realiza uma rigorosa fundamentação marxista do programa democrático nacional formulado pelo PCB a partir da Declaração de Março de 1958. Se esta, até então, havia sido realizada através do marxismo-leninismo oficial da III Internacional, com conceitos tidos como universais para países *coloniais e semicoloniais*, mecanicamente importados para a realidade brasileira, é na obra de Nelson Werneck Sodré que esta fundamentação assume caráter genuinamente brasileiro, levando em consideração nossas especificidades enquanto formação social. O conceito de regressão feudal elaborado pelo autor justifica a tática política de uma frente popular ampla para, combatendo os resquícios de feudalismo, realizar de forma plena a revolução burguesa no Brasil.

O ponto central da obra de Sodré da Revolução Brasileira é a atrofia e a frustração da revolução burguesa no Brasil. Ao romper com a república oligárquica, a revolução de 1930 teria conservado muitos traços desta última, incorporando gradualmente setores da burguesia aos setores dominantes. Embora vislumbre a possibilidade da “via prussiana”, para o autor a revolução se completaria com uma ruptura conduzida pela burguesia nacional, que superaria os traços arcaicos herdados do período colonial. A debilidade da revolução burguesa no Brasil teria levado a uma oposição entre a nação então em constituição e o imperialismo e seus agentes internos, interessados em manter sua posição dominante na formação social brasileira.

Isso leva à necessidade de formar uma coalizão de forças nacionalistas com a finalidade de superar os entraves postos ao desenvolvimento econômico autônomo. Estes entraves se colocam de duas formas. O primeiro deles é o feudalismo que, se manifestando através do latifúndio, bloqueia o acesso à propriedade da terra, estabelecendo o que o autor chamou de *monopólio feudal da terra*. Desta forma o Brasil teria herdado uma estrutura fundiária extremamente concentrada e

improdutiva, o que levava à escassez de gêneros alimentícios fornecidos às massas urbanas e a permanentes problemas inflacionários. Além disso, tal modelo de desenvolvimento geraria um crônico excedente de força de trabalho no campo e cercearia a formação de um, potencialmente amplo, mercado interno, característica fundamental da economia nacional.

O segundo desses entraves seria a posição subordinada do Brasil no sistema imperialista, que ao recolocar sucessivamente o problema do estrangulamento externo, impedia a constituição de uma economia nacional. Outras formas de operação do imperialismo seriam as frequentes e abusivas remessas de lucros provenientes do capital estrangeiro internalizado e o pagamento da dívida externa.

Diante disso, a solução colocada pelo programa democrático nacional era a formação de uma frente ampla, composta por operários e pela burguesia nacional. Esta última, de acordo com esta formulação, apesar de oscilar entre o nacionalismo e o imperialismo, possuía interesses materiais nacionalistas, evidenciados no seu apoio à intervenção do Estado no processo de industrialização. Esta frente deveria conduzir um processo revolucionário antifeudal e anti-imperialista, superando o duplo entrave colocado através de processo amplo e democrático de reforma agrária e nacionalização da economia. Novamente se deve traçar um paralelo entre esta formulação e as reformas de base propostas pelos setores progressistas da sociedade brasileira no governo de João Goulart, período de polarização política, que tem como trágico desfecho o golpe civil-militar de 1964.

Esta solução coloca em oposição forças nacionais, como a classe trabalhadora, setores da pequena burguesia, e a burguesia nacional contra os agentes internos e externos do imperialismo, representados pelo latifúndio, o capital estrangeiro e a burguesia associada a este capital. Para Sodré a classe operária brasileira não teria forças para levar a cabo tamanha agenda de transformações políticas, ao passo que o movimento camponês ainda se encontrava em um estado de organização incipiente.

A dupla negativa do programa nacional popular, seu caráter antifeudal e anti-imperialista, conduz à solução dos problemas brasileiros através de revoluções de duas naturezas, a primeira uma revolução agrária, seguida de uma revolução nacional. Se por um lado, a centralidade da burguesia nacional nesse processo revolucionário é extremamente questionável, é necessário pôr em evidência a importância da revolução agrária presente no programa democrático nacional e seus desdobramentos táticos.

A grande questão, diante da desorganização do movimento dos trabalhadores rurais, seria descobrir qual classe seria capaz de conduzir esse processo de transformação da estrutura agrária. O diagnóstico feudal, em princípio, permite uma resposta simples, porém insuficiente para a questão, colocando a burguesia nacional, que então se consolidava no processo de industrialização, como principal ator destas transformações. A burguesia, por seu permanente conservadorismo obscurantista, temia mais a pressão proletária do que as rotineiras espoliações do imperialismo, evidenciando sua fraqueza econômica e política na incompletude do processo de industrialização brasileiro. Isso leva a um aspecto marcante do programa democrático nacional, notadamente a compreensão da necessidade de finalizar o inconcluso processo de industrialização brasileiro, completando assim uma etapa capitalista que viabilizaria a construção do socialismo.

Com os elementos expostos, fica claro como perpassa durante a obra acadêmica (no ISEB) e a vida política (no PCB) de Nelson Werneck Sodré importantes contribuições à controvérsia do modo de produção brasileiro.

#### **4. Jacob Gorender: Modo de produção e transição tipicamente brasileiros para se pensar uma revolução socialista**

O trabalho de Jacob Gorender de enveredar pela questão da formação social brasileira é subsidiário de sua atuação política. Foi para dar conta de sua crítica às formulações do PCB sobre a revolução brasileira, derivadas de reflexões sobre o caráter feudal ou capitalista originário da

formação social brasileira, que Gorender realizou, encarcerado, a pesquisa que o levou à formulação do escravismo colonial como um modo de produção historicamente novo.

O esforço de Gorender em *O Escravismo Colonial* (1978) tem duas dimensões claras: uma teórica e outra histórica. Teoricamente o autor busca recuperar o conceito de modo de produção, a noção de sistema escravista e de sistema colonial a fim de assentar as bases para a sua reflexão sobre a existência, no Brasil, de um modo de produção historicamente diferenciado e com leis de movimento próprias. Seu recurso à história é, portanto, fundamental para configurar o modo de produção escravista colonial. Descrever o curso da história do modo de produção brasileiro desde a colonização de nosso território é a sua referência para caracterizar as leis de movimento do modo de produção escravista colonial; e em decorrência, explicar a forma de ocupação territorial, a forma peculiar da escravidão brasileira, os processos de circulação e de reprodução. Desta maneira, Gorender buscava enfrentar o debate que nem a racionalidade capitalista da produção de mercadorias para exportação, nem a forma de ocupação territorial em latifúndio de concessão real eram suficientes para enquadrar a origem da formação social brasileira nos moldes do capitalismo ou do feudalismo formulados com referência a Europa.

No entanto, toda esta dedicação teórica e historiográfica só se explica na trajetória do militante comunista Jacob Gorender pelo seu interesse em estabelecer novas bases para o debate sobre a revolução brasileira.

#### **4.1 O modo de produção brasileiro e a revolução**

O início da militância política de Gorender foi ligado à célula universitária comunista fundada por Mário Alves e vinculada à rearticulação do PCB nos anos 1940. Por conta de sua participação no Partidão, Gorender foi lutar na Segunda Guerra Mundial e participou da escola de formação de quadros do PCURSS. Neste sentido a formação política de Gorender se deu no bojo do debate sobre o caráter da revolução brasileira, umbilicalmente conectado com o debate da interpretação da formação social brasileira no qual a disputa era sobre a existência de uma origem semi-feudal ou efetivamente capitalista.

Independentemente das posições no debate, o que mais incomodava Gorender era que ambas as posições dentro do partido, que encontravam em Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior seus melhores representantes, davam origem a uma visão sobre a revolução brasileira de caráter democrático e nacional. Em ambas as leituras sobre a formação social brasileira pairava a ausência da formação de uma nação com projeto autônomo<sup>14</sup>, o que nas duas interpretações em disputa dependia da formação de uma burguesia nacional que pudesse ser aliada em uma revolução de caráter anti-imperialista. Era a percepção de que havia tarefas em atraso a serem cumpridas por uma fase anterior à socialista.

A avaliação de Gorender partia de uma crítica ao VI Congresso da Internacional Comunista de 1928 no qual a hegemonia stalinista estabelecera que as sociedades extra-europeias fossem enquadradas em uma linha de desenvolvimento supostamente encontrada na história europeia: uma evolução do comunismo primitivo para o escravismo que se transformara em feudalismo de cujas contradições surgira o capitalismo cuja própria dinâmica de lutas internas faria o parto do

---

<sup>14</sup> É fato que em alguns casos a problemática sobre a burguesia nacional era hipostasiada na ideia de Nação (i.e. burguesia nacional é a burguesia da formação da Nação). Dessa forma o Nacionalismo acabava por justificar a existência teórica da burguesia nacional.

socialismo (Maestri, 2010). Em sua visão este movimento não era origem de um erro de interpretação ou desvio de aplicação do método marxista, mas uma orientação política clara de Moscou para a contenção do movimento social nos países do então chamado Terceiro Mundo.

O incômodo de Gorender com versões como a de Alberto Passos Guimarães, na qual a luta social do período colonial e do império era representada por uma disputa entre o camponês pobre sem-terra e o latifundiário semi-feudal, era o de um pesquisador que se afirmara depois como um dos principais nomes da historiografia brasileira. O principal contingente trabalhador no Brasil colonial e imperial era de escravos. A figura do “camponês pobre sem-terra” pertencia a um imaginário que só poderia encontrar um mínimo de correspondência em uma parte restrita do território brasileiro após o início das legislações contra o tráfico negreiro, as imigrações não portuguesas e a lei de terras. Como aquela interpretação poderia representar a linha de um partido que pretendia transformar a realidade brasileira?

Estas questões transformaram-se em divergências políticas suficientes para que, junto com Mário Alves, Apolônio de Carvalho e outros comunistas críticos à linha do PCB, em 1968, Gorender fizesse parte da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A principal questão de divergência era a da revolução, como vinha grafado no nome do partido. A linha do novo partido rejeitava a aliança com a burguesia, mas ainda negava a luta direta pelo socialismo e defendia a luta social e sindical associada à luta armada no campo. Gorender não compartilhava a orientação para a luta armada, mesmo diante das experiências exitosas de Cuba e Vietnã. De seu ponto de vista, a realidade brasileira era muito diferente em sua formação social em relação à aqueles países e considerava fundamental a luta direta pelo socialismo. Assim, nosso autor também se encontrava dentro do PCBR como um crítico.

Ao mesmo tempo a fragmentação da esquerda dera origem a uma série de organizações que já apresentavam a revolução brasileira a ser feita como de caráter socialista, porém Gorender considerava suas formulações frágeis do ponto de vista histórico e teórico, por se debruçarem apenas sobre a história do Brasil posterior à Revolução de 1930, o que os impedia de caracterizar adequadamente todas as forças políticas que compunham a formação social brasileira, bem como compreender as idiossincrasias do nosso modo de produção.

Tendo “caído” em 1970 junto com a maior parte da direção do PCBR, para manter a sanidade em meio a tanta tortura e perdas dos companheiros executados, Gorender começou a pesquisa que daria origem à formulação de sua interpretação da história da formação social brasileira e do modo de produção brasileiro. A primeira versão deste seu trabalho foi tornada pública sob a forma de curso (Maestri, 2010) e já nesta formulação apresentava a visão de que a formação social brasileira havia transitado do escravismo direto para o capitalismo, sem passagem por um sistema feudal. Desta hipótese histórica retirava a formulação de que havia necessidade de uma revolução que pautasse a luta direta pelo socialismo, descartando uma etapa anti-feudal apoiada em uma burguesia nacional progressista, conforme defendia a declaração de 1958 do PCB.

Em outubro de 1971, após o cumprimento da pena que fora condenado, não retornou à militância revolucionária orgânica, no entanto, terminou a pesquisa e publicou o livro que serviu como base teórica para uma interpretação revolucionária do Brasil que advogava o caráter socialista da revolução brasileira.

#### **4.2 A interpretação do Brasil de Gorender: o escravismo colonial e sua transição**

A obra principal de Gorender faz uma longa reflexão sobre a história brasileira identificando suas idiossincrasias, a fim de estabelecer um processo de transição histórica para o presente de seu

tempo que o revelasse de forma mais contundente em suas características únicas. Ao mesmo tempo era esta diferenciação que capacitava o autor a formular um programa político sobre como superar os problemas do país diferente daquele dominante em sua época: o programa democrático nacional.

Deste modo, articulam-se na obra de Gorender definição do modo de produção escravista colonial, suas leis próprias de reprodução, a explicação de seus limites e de como, em meio a suas contradições, possibilitou as condições de transição capitalista no Brasil. Ao definir o modo de produção dominante no Brasil, Gorender utiliza três noções fundamentais para sua caracterização: a totalidade representada por forças produtivas e relações de produção; a definição da natureza do excedente produzido; e por fim, a definição do colonial a partir de seu significado econômico e não de sua institucionalidade política.

Para o autor, a distinção que permite definir a particularidade de um modo de produção dito escravista colonial está justamente na concomitância entre a especificidade dessas noções no caso brasileiro. Na definição do modo de produção, Gorender chama atenção para a especificidade da junção entre as relações de produção do tipo escravista e das forças produtivas mobilizadas através da forma “plantagem” (ou “plantation”). No caso, a utilização do trabalho escravo estava diretamente vinculada à mobilização mercantil das forças produtivas dada pelo caráter da plantagem.

As características próprias da mobilização das forças produtivas e a natureza das relações de produção definiam o escravismo a partir de sua utilização mercantil, tendo como pressuposto a acumulação prévia de capital realizada na metrópole, especificamente no caso do açúcar pela junção entre capitais portugueses e holandeses (Gorender, 1978). Nesse sentido, a produção excedente da plantagem – isto é, seu sobretrabalho – tinha natureza especificamente mercantil, ao contrário das formas pretéritas de escravismo. A necessidade da remuneração de capitais alhures definia assim sua forma mercantil e seu caráter colonial, na definição do próprio autor:

“O significado econômico de colonial, próprio à era iniciada com o mercantilismo, explicita-se, a meu ver nos seguintes traços principais: 1º - economia voltada principalmente para o mercado externo, dependendo deste estímulo originário ao crescimento das forças produtivas; 2º - troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com uma forte participação de bens de consumo na pauta de importações; 3º - fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo.” (GORENDER, 1978, p. 201)

Em razão da estreiteza do mercado interno formado a partir do modo de produção dominante, ou seja, as atividades econômicas fora da plantagem, mas subordinadas a ela, o excedente produzido só poderia se realizar socialmente através de sua circulação pela metrópole. Entretanto, isso não anula a existência de leis próprias de reprodução do modo de produção colonial. No caso da interpretação de Gorender, como o fator decisivo para a exploração colonial residia na disponibilidade da força de trabalho escrava, e dada a homogeneidade das técnicas produtivas, a produtividade era tida quase exclusivamente ainda como produtividade do trabalho, definindo assim a lei de população do escravismo colonial como sua dimensão fundamental em ditar seus limites de acumulação.

Esse fato fazia com que o capital completasse seu ciclo de reprodução retornando a sua forma mobilizada em “mercadoria-escravo” (de forma semelhante a incorporação de trabalho morto no ciclo de reprodução capitalista). Como a lógica de reprodução era totalmente avessa ao

crescimento da superpopulação relativa, a reprodução do colonialismo escravista retornava sempre ao problema da escassez relativa da força de trabalho.

“Com relação ao modo de produção escravista colonial, se considerarmos uma população escrava de dimensões dadas, verificamos que, em vez da criação de uma superpopulação relativa, o mecanismo econômico age tendencialmente no sentido da diminuição absoluta da população escrava e da criação de sua escassez. Ao mesmo tempo, excluída a influência de fatores naturais e de raras inovações técnicas, todo aumento da população decorre do aumento do número de trabalhadores, uma vez atingido o limite possível da duração e da intensidade da jornada de trabalho.” (GORENDER, 1978, p. 348)

Dado o vazio demográfico (na maioria das vezes por conta do deslocamento ou dizimação da população nativa) em que se fez a ocupação colonial do Brasil, Gorender entendeu como fator primordial para a formação de uma acumulação prévia à transição capitalista no território nacional a disponibilização da força de trabalho enquanto mercadoria e não apenas a apropriação dos meios de trabalho. Logo, a interpretação de Gorender aponta para a forma como a estrutura econômica interna à formação nacional ensejou a acumulação de capitais e impôs os limites próprios cujas resoluções encaminharam a transição capitalista no Brasil.

## 5. Considerações Finais

A controvérsia dos modos de produção brasileiros e sua relação com a revolução é um debate de grande importância para a historiografia do pensamento social brasileiro. Buscou-se neste artigo fazer um breve panorama de intervenções destacadas na controvérsia, a de Caio Prado Júnior, de Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender, ressaltando-se que estas não são as únicas intervenções realizadas, mas são representativas dos diferentes posicionamentos no debate.

O resgate de uma controvérsia tão emblemática para a história do pensamento marxista no Brasil tem relevância por razões que transcendem os elementos exclusivamente teóricos. As análises presentes nesta controvérsia são relevantes, primordialmente, por explicitarem movimentos concretos de intervenção na realidade, no que concerne os rumos do país. Sob nossa perspectiva, compreender os principais elementos teóricos e a realidade na qual se estabeleceu a controvérsia no passado é fundamental para dar espaço para novas críticas e formulações sobre as possíveis transformações sociais no Brasil.

## 6. Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano. **Capítulos da história colonial: os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília. UNB. (1907 [1998]).
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
- BORJA, Bruno. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. Tese (Doutorado em Economia) – PPGE-IE-UFRJ.
- BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil**. São Paulo: A. Garibaldi, 2ª edição, (1926 [2006]).
- CEPÊDA, Vera. Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo – um balanço histórico. *In: Estudos Avançados*, 26 (75), p. 77-90, 2012.

CURTY, Carla. “A economia política como caminho para as interpretações do Brasil: apontamentos sobre questões metodológicas para a história do pensamento econômico brasileiro.” *In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2013*, Niterói, 2013. Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois, 2013.

DA ROCHA, Marco Antonio Martins. “Revolução Brasileira, Dualidade e Desenvolvimento: do Nacional-Desenvolvimentismo a Escola de Sociologia da USP.” *In: MALTA, M. (org.). Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA, 2011.

DEL ROIO, Marcos. “A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de uma particularização de uma revolução burguesa em processo”. *In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. (Orgs.). História do marxismo no Brasil*, v. 4: Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, 2000, p. 69-125.

DOBB, Maurice. **Teorias do valor e da distribuição desde Adam Smith**. Lisboa, Ed. Martins Fontes, 1977.

FERRARI, Andres; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Caio Prado Júnior, Jacob Gorender e a escravidão colonial brasileira: uma apreciação crítica.” *In: Revista de Economia Política e História Econômica*, número 10, dezembro de 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51. ed. rev. São Paulo: Global, (2006 [1933]).

GORENDER, Jacob. “A espoliação do povo brasileiro pela finança internacional”. *In: ESTUDOS SOCIAIS*, nº 6, Rio de Janeiro, maio/setembro de 1959, p. 131-48.

\_\_\_\_\_. “O V Congresso dos comunistas brasileiros”. *In: ESTUDOS SOCIAIS*, n. 9, Rio de Janeiro, outubro de 1960, p. 3-11.

\_\_\_\_\_. “Direções da luta pela democracia em nosso tempo”. *In: ESTUDOS SOCIAIS*, Rio de Janeiro, nº 18, novembro de 1963, p. 189-93.

\_\_\_\_\_. **O escravismo colonial**. Editora Atica. São Paulo: Brasil, 1978.

\_\_\_\_\_. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica.” *In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Brasil em preto & branco**. São Paulo: SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. “Liberalismo e escravidão. Entrevista.” *In: Estudos Avançados*. São Paulo, IEA-USP, 2002, n. 46.

GRESPLAN, José Luís. “O marxismo de Nelson Werneck Sodré”. *In: SILVA, Marcos. Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2001, p. 93-115.

\_\_\_\_\_. “O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré”. *In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima. Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2006, p. 135-150.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª edição, 36ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, (1936 [2011])

LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. *In: \_\_\_\_\_ (org.) Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 9-42.

MAESTRI, Mário. “O escravismo Colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender.” *In: GORENDER, Jacob. O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.



\_\_\_\_\_. “Jacob Gorender”. In: PERICAS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (1980 [1905-1910]).

MALTA, Maria; BORJA, Bruno. “Interpretações do Brasil: uma proposta de acesso metodológico ao pensamento econômico brasileiro.” In: **Niep Marx (anais)**, 2013.

MORAES, João Quartim. “Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxistas do programa nacional-democrático”. In: SILVA, Marcos. **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2001.

PINHEIRO, Filipe Leite. **As interpretações do Brasil de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré: um debate sobre a revolução brasileira**. 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Graduação em Ciências Econômicas do IE-UFRJ.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: Colônia e Império**. 1ª edição [1933]. São Paulo, Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 1ª edição [1942]. São Paulo, Brasiliense; Publifolha, 2000.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. 1ª edição [1945]. São Paulo, Brasiliense, 1969.

REIS, Daniel Araújo. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964.” In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel. Araújo. (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas, Unicamp, 2000, volume 5 (Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960).

RICUPERO, Bernardo. “Caio Prado Júnior e o lugar do Brasil no mundo.” In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian Moritz. (orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 226-239.

RUBIN, Isaak Ilich. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, [1929 (2014)].

RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (org.) **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil**. São Paulo. Comp. Ed. Nacional, (1937 [1977]).

SILVA, Juliana. “Por que interpretar o Brasil?” In: **Niep Marx (anais)**, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da Sociedade Brasileira**. São Paulo: José Olympio, 1944.

\_\_\_\_\_. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

\_\_\_\_\_. “Modos de produção no Brasil”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 133-156.

TOLEDO, Caio Navarro. “Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré”. In: SILVA, Marcos. **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Fapesp, 2001, p. 41-53.

VARNHAGEN, Adolfo. **História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal**. Belo Horizonte; São Paulo. Itatiaia. USP. (1854 [1981]).

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: Sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.